

DIREITO E LEGISLAÇÃO
108

DATA E HORÁRIO DA PROVA:
DOMINGO, 5/3/2017, ÀS 14h.

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - um cartão de respostas ótico personalizado; e,
 - uma folha de resposta da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do cartão de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Faz-se do amigo próximo, distante.

- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação do cartão de respostas ótico e da folha de resposta da prova discursiva estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva e discursiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas ótico e o preenchimento da folha de resposta da prova discursiva.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu cartão de respostas ótico, a folha de resposta da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva e discursiva após 3 (três) horas do início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de resposta da prova discursiva e o cartão de respostas devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no cartão de respostas da prova objetiva e na folha de resposta da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no cartão de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no cartão de respostas ótico, uma única alternativa.
- O cartão de respostas ótico e a folha de resposta da prova discursiva não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para o cartão de respostas, e o texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha de resposta.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 8

Texto 1 para responder às questões 1 e 2.

Saiba mais: DOAÇÃO DE SANGUE

Orientações para o doador

- Levar documento oficial de identidade com foto;
- Estar bem de saúde;
- Ter entre 16 (dos 16 até 18 anos incompletos, apenas com consentimento formal dos responsáveis) e 69 anos, 11 meses e 29 dias;
- Pesar mais de 50 Kg;
- Não estar em jejum; evitar apenas alimentos gordurosos nas três horas que antecedem a doação.



Secretaria de Saúde



GOVERNO DE
BRASÍLIA

Disponível em: <<https://www.facebook.com/hemocentrobrasilgia/photos/pb.309692019051454.-2207520000.1482262556./1283803091640337/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

QUESTÃO 1

Com base na leitura compreensiva do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A mensagem principal é um apelo para que a população faça parte de uma campanha de doação de sangue.
- (B) Somente a partir dos 19 anos de idade, uma pessoa pode doar sangue sem precisar apresentar formalmente o consentimento do respectivo responsável.
- (C) Desde que com consentimento formal do respectivo responsável, qualquer pessoa menor de 18 anos de idade pode ser doadora de sangue.
- (D) Uma pessoa que pesa precisamente 50 kg, mesmo que atenda a todas as outras orientações, não pode ser doadora de sangue.
- (E) Uma pessoa que consome alimentos gordurosos não pode doar sangue, pois deixa de observar a orientação “Estar bem de saúde”.

QUESTÃO 2

Com base apenas nas regras prescritas pela norma-padrão acerca da acentuação gráfica e do uso do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) A construção “Orientações para o doador” poderia ser substituída pela redação **Orientações à toda pessoa que pretende doar**.
- (B) Caso o emissor decidisse explicitar o local de doação de sangue, poderia substituir a construção “Levar documento oficial de identidade com foto” por qualquer uma das seguintes redações: **Levar à sua unidade de doação documento oficial de identidade com foto** ou **Levar a sua unidade de doação documento oficial de identidade com foto**.

- (C) Assim como o vocábulo “saúde”, também estão corretamente acentuados **saída**, **gratuito** e **rúbrica**.
- (D) O emissor poderia substituir a expressão “alimentos gordurosos” pela redação **alimentos que contém gordura**.
- (E) O trecho “nas três horas que antecedem a doação” poderia ser substituído por apenas uma das seguintes redações: **nas três horas anteriores a doação** ou **à três horas antes da doação**.

Texto 2 para responder às questões de 3 a 5.

Doação de sangue

1 Ninguém está livre de precisar de uma transfusão de
2 sangue. Ninguém está livre de sofrer um acidente, de passar
3 por uma cirurgia ou por um procedimento médico em que a
4 transfusão seja absolutamente indispensável.

5 Como não existe sangue sintético produzido em
6 laboratórios, quem precisa de transfusão tem de contar com
7 a boa vontade de doadores, uma vez que nada substitui o
8 sangue verdadeiro retirado das veias de outro ser humano.

9 Todos sabemos que é importante doar sangue. Mas,
10 quando chega a nossa vez, sempre encontramos uma
11 desculpa – Hoje está frio ou não estou disposto; nesses
12 últimos dias, tenho trabalhado muito e ando cansado; será
13 que esse sangue não me vai fazer falta... – e vamos adiando
14 a doação que poderia salvar a vida de uma pessoa.

15 Sempre é bom repetir que o sangue doado não faz a
16 menor falta para o doador. Consequentemente, nada
17 justifica que as pessoas deixem de doá-lo. O processo é
18 simples, rápido e seguro.

Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/drauzio/doacao-de-sangue/>>. Acesso em: 23 dez. 2016, com adaptações.

QUESTÃO 3

Considerando a relação existente entre as informações e as sequências linguísticas que constituem o texto, é correto afirmar que nele predomina a

- (A) narração, pois apresenta uma sucessão de ações que expressam a reação das pessoas diante da necessidade de doar sangue.
- (B) dissertação, pois manifesta a opinião do autor a respeito da pouca ou nenhuma importância que as pessoas dão ao ato de doar sangue, o que justifica o fato de elas se recusarem a ser doadoras.
- (C) narração, pois tem como foco central relatar o modo como as pessoas reagem para não doarem sangue, isto é, a forma como elas se esquivam da responsabilidade de serem doadoras.
- (D) descrição, pois o autor faz apenas um registro objetivo e imparcial de um fato para demonstrar ao leitor a realidade em que se encontra a doação de sangue.
- (E) dissertação, pois o autor defende uma opinião a partir da qual se pode concluir que reconhecer a importância de doar sangue não necessariamente garante que tal doação se concretize.

QUESTÃO 4

De acordo apenas com as regras de concordância prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) O período “Ninguém está livre de precisar de uma transfusão de sangue.” (linhas 1 e 2) poderia ser substituído pela redação **Nenhum de nós estamos livres de precisar de uma transfusão de sangue.**
- (B) Outra redação possível para o trecho “por um procedimento médico em que a transfusão seja absolutamente indispensável.” (linhas 3 e 4) seria **por um procedimento médico no qual absolutamente necessário seja absolutamente a transfusão.**
- (C) Caso o autor julgasse conveniente substituir o termo sublinhado no período “Todos sabemos que é importante doar sangue.” (linha 9) pela expressão **A maioria de nós**, o verbo da primeira oração tanto poderia permanecer na primeira pessoa do plural quanto ser empregado na terceira pessoa do singular.
- (D) A redação **nesses últimos dias, tenho dedicado bastante horas ao trabalho e ando meio cansado** poderia, se assim o desejasse o autor, substituir o trecho “nesses últimos dias, tenho trabalhado muito e ando cansado” (linhas 11 e 12).
- (E) A substituição do período “Consequentemente, nada justifica que as pessoas deixem de doá-lo.” (linhas 16 e 17) pela redação **Consequentemente, não podem haver motivos que justifiquem as pessoas deixarem de doá-lo.** seria possível.

QUESTÃO 5

Com base nas regras de ortografia e de pontuação vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) O emprego da vírgula seria possível logo após o termo “por um procedimento médico” (linha 3), entretanto tal inserção provocaria alteração do sentido original.
- (B) Os conectivos sublinhados no período “Como não existe sangue sintético produzido em laboratórios, quem precisa de transfusão tem de contar com a boa vontade de doadores, uma vez que nada substitui o sangue verdadeiro retirado das veias de outro ser humano.” (linhas de 5 a 8) poderiam ser substituídos, respectivamente, pelas construções **Por que e porque.**
- (C) O autor, caso decidisse acrescentar o prefixo hiper ao vocábulo sublinhado no período “Todos sabemos que é importante doar sangue.” (linha 9), deveria optar pela forma **hiper-importante.**
- (D) O autor poderia deslocar a oração sublinhada no trecho “Mas, quando chega a nossa vez, sempre encontramos uma desculpa” (linhas de 9 a 11) para depois do termo “uma desculpa”, desde que não deixasse de observar a obrigatoriedade do uso da vírgula antes da conjunção “quando”.
- (E) O uso da vírgula poderia ser empregado logo após o verbo sublinhado no período “Sempre é bom repetir que o sangue doado não faz a menor falta para o doador.” (linhas 15 e 16), caso o autor desejasse dar maior destaque à informação contida na última oração.

Texto 3 para responder às questões de 6 a 8.

Falta de conscientização

1 (19/8/2015) Especialistas apontam a falta de
conscientização da população como um dos principais
limitadores para o aumento da doação de sangue no Brasil.
4 Eles defendem que campanhas de incentivo à doação sejam
feitas desde os primeiros anos de vida e que o assunto seja
discutido nas escolas para reverter o atual cenário. “O Brasil
7 não se prepara para captar o doador desde criança. Sem essa
política, não construímos o doador do futuro. É preciso
formarmos doadores com responsabilidade social real”, opina
10 Yêda Maia de Albuquerque, presidente do Hemope (Fundação
de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco), o principal
do nordeste brasileiro.

13 Yêda queixa-se da falta de doadores voluntários, ou
seja, aqueles que doam frequentemente sem se importar
com quem vai receber o sangue. “Tenho muita doação de
16 reposição (pessoas que doam para parentes e familiares em
caso de urgência), o que não é ideal. Já o doador voluntário
aumenta a qualidade do produto que a gente oferece, pois
19 conseguimos monitorá-lo”, acrescenta.

Para Tadeu, da Fundação Hemocentro de Ribeirão
Preto, o entendimento de que a doação de sangue seja um
22 ato “social e contínuo” ainda não está totalmente presente
na mentalidade do brasileiro. “É preciso um esforço
educacional em escolas e por meio de campanhas públicas
25 para garantir que as pessoas entendam a necessidade e se
disponham a doar sangue regularmente”.

Além disso, de acordo com os especialistas, muitas
28 pessoas ainda buscam doar sangue com o intuito de “obter
vantagens”. “Tem gente que vem aqui com o simples
objetivo de ganhar o dia de folga — previsto em lei. Ou
31 mesmo para fazer um exame laboratorial e confirmar se tem
alguma doença, como o HIV (vírus que transmite a Aids)”,
admite Joselito Brandão, diretor médico do Instituto HOC
34 de Hemoterapia, ligado ao Hospital Alemão Oswaldo Cruz,
35 em São Paulo.

BARRUCHO, Luís Guilherme. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_sangue_doacoes_brasil_lgb>.
Acesso em: 20 dez. 2016 (fragmento), com adaptações.

QUESTÃO 6

Considerando como referência as classes de palavras e as relações sintáticas que constituem o período “É preciso um esforço educacional em escolas e por meio de campanhas públicas para garantir que as pessoas entendam a necessidade e se disponham a doar sangue regularmente.” (linhas de 23 a 26), assinale a alternativa correta.

- (A) O sujeito da oração “É preciso” é indeterminado, pois a ação expressa pelo verbo não se refere a um ser específico.
- (B) A oração “para garantir” relaciona-se por coordenação com a anterior, acrescentando-lhe uma ideia de finalidade.
- (C) O termo “regularmente” indica o estado ou a qualidade do sujeito “as pessoas”, por isso funciona como predicativo do sujeito.
- (D) O termo “a necessidade” está para o verbo “entendam”, assim como a oração “que as pessoas entendam a necessidade” está para o verbo “garantir”.
- (E) A conjunção “e”, em suas duas ocorrências, relaciona orações coordenadas entre si.

QUESTÃO 7

Conforme a significação contextual das palavras e as relações de sentido que elas estabelecem, assinale a alternativa correta.

- (A) O vocábulo **consciência** poderia substituir o termo sublinhado no período “Especialistas apontam a falta de conscientização da população como um dos principais limitadores para o aumento da doação de sangue no Brasil.” (linhas de 1 a 3), pois ocorre entre eles uma relação de sinonímia.
- (B) A oração sublinhada no período “Sem essa política, não construímos o doador do futuro.” (linhas 7 e 8) tem sentido contrário ao da redação **Com a ausência dessa política**, pois os vocábulos “Sem” e **Com** são antônimos.
- (C) As construções “Yêda queixa-se da falta de doadores voluntários” (linha 13) e **Yêda reivindica a falta de doadores voluntários** veiculam informações semelhantes, pois, em cada uma das situações, o verbo expressa a insatisfação do sujeito com a “falta de doadores voluntários”.
- (D) A locução sublinhada no período “É preciso um esforço educacional em escolas e por meio de campanhas públicas para garantir que as pessoas entendam a necessidade e se disponham a doar sangue regularmente.” (linhas de 23 a 26) poderia, de acordo com a norma-padrão, ser substituída pela construção **através de**, já que ambas remetem à mesma ideia.
- (E) As construções sublinhada no período “Além disso, de acordo com os especialistas, muitas pessoas ainda buscam doar sangue com o intuito de ‘obter vantagens’.” (linhas de 27 a 29) introduzem, respectivamente, a mesma ideia expressa pelas estruturas **Como se não bastasse isso e em consonância com**.

QUESTÃO 8

Considerando as regras prescritas pela norma-padrão acerca da regência e da colocação pronominal e o fragmento “Tem gente que vem aqui com o simples objetivo de ganhar o dia de folga – previsto em lei. Ou mesmo para fazer um exame laboratorial e confirmar se tem alguma doença, como o HIV (vírus que transmite a Aids)” (linhas de 29 a 32), assinale a alternativa correta.

- (A) A construção **pelo dia de folga** deveria ser empregada no lugar da redação “o dia de folga”, caso o trecho “com o simples objetivo de ganhar” fosse substituído por qualquer um dos seguintes verbos no gerúndio: **visando** ou **ansiando**.
- (B) A redação **aonde prevê-se em lei** poderia substituir a construção “previsto em lei”.
- (C) A substituição do trecho “para fazer um exame laboratorial” pela redação **para proceder a um exame laboratorial** seria possível.
- (D) A oração “Ou mesmo para fazer um exame laboratorial” poderia ser substituída pela redação **Ou mesmo com vistas de fazer um exame laboratorial**.
- (E) A redação **vírus que encarrega-se de transmitir a Aids** poderia ser empregada no lugar do trecho “vírus que transmite a Aids”.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questões de 9 a 12

QUESTÃO 9

O salário de Tiago foi reajustado em 5% no mês de janeiro e em 4% no mês de fevereiro, chegando ao valor de R\$ 4.368,00. Com base nessas informações, é correto afirmar que, antes dos dois reajustes, o salário de Tiago era de

- (A) R\$ 3.800,00.
- (B) R\$ 3.975,00.
- (C) R\$ 4.000,00.
- (D) R\$ 4.007,00.
- (E) R\$ 4.100,00.

QUESTÃO 10

Considere hipoteticamente que 40% da população de uma cidade são picados pelo mosquito *Aedes aegypti*. Das pessoas picadas, 20% apresentam os sintomas da dengue. Se uma pessoa dessa cidade for selecionada aleatoriamente, qual a probabilidade de que ela tenha sido picada pelo mosquito *Aedes aegypti* e apresente os sintomas da dengue?

- (A) 0,05
- (B) 0,08
- (C) 0,5
- (D) 0,6
- (E) 0,8

QUESTÃO 11

Considere hipoteticamente que a quantidade de alimentos disponíveis na despensa de um hospital seja suficiente para atender, por 12 dias, os 90 pacientes internados e que, dentro de quatro dias, esteja prevista a chegada de mais 30 pacientes. Se não houver altas ou novas internações, por quantos dias, a partir da chegada dos últimos pacientes, será possível alimentar todos eles, sem necessidade de aquisição de mais alimentos?

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 9

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

- (A) $p \vee (q \vee \sim p)$
- (B) $(q \rightarrow p) \rightarrow (p \rightarrow q)$
- (C) $p \rightarrow (p \rightarrow q \wedge \sim q)$
- (D) $p \vee \sim q \rightarrow (p \rightarrow \sim q)$
- (E) $p \vee q \rightarrow p \wedge q$

QUESTÃO 13

Com relação às disposições contidas em capítulo próprio na Lei Orgânica do Distrito Federal no que se refere à saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Em um conceito ampliado e considerando a influência de demais fatores sociais e do meio, a saúde foi inserida como expressão da influência do bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade, visando à redução do risco de doenças e de outros agravos, sendo as respectivas ações e os serviços de saúde considerados de relevância pública, e cabendo, preferencialmente ao Poder Público, a normatização, a regulamentação, a execução, a fiscalização e o controle destes, nos termos da lei.
- (B) Agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, poderão ser admitidos, desde que por meio de prévio concurso público, de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade das respectivas atribuições e dos requisitos específicos para a própria atuação.
- (C) A assistência à saúde complementar é livre à iniciativa privada, devendo o Poder Público prover ampla publicidade para a seleção das pessoas físicas ou jurídicas interessadas, com a celebração de contrato de direito público ou de convênio, não podendo estabelecer preferências entre os licitantes quanto aos respectivos fins lucrativos ou filantrópicos, admitindo-se, excepcionalmente, a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros, sem prejuízo de observância da legislação federal a respeito.
- (D) A quaisquer instituições privadas é vedada a destinação de recursos públicos do Distrito Federal para auxílio, subvenções, juros e prazos privilegiados.
- (E) A criação de banco de órgãos e de tecidos é de competência do Poder Público, todavia, com previsão expressa de observância do limite das disponibilidades orçamentárias.

QUESTÃO 14

Na Lei Complementar Distrital nº 840/2011, que dispõe quanto ao regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, há várias previsões expressas que conduzem a outra normatividade, se reguladas em disposições legais em contrário. Acerca desse tema, assinale a alternativa que corresponde a um direito constante na Lei Complementar apresentada, mas com previsão expressa de que o respectivo regramento é passível de outro disciplinamento, se houver disposição legal em contrário.

- (A) Sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o servidor faz jus a 80% dos vencimentos ou subsídio do cargo em comissão por ele exercido.
- (B) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo faz jus a três meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo.

- (C) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de um por cento sobre o vencimento básico do cargo de provimento efetivo por ano de efetivo serviço.
- (D) O direito ao gozo do abono de ponto extingue-se em 31 de dezembro do ano seguinte ao do ano aquisitivo.
- (E) O servidor estável pode, no interesse da administração pública, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior, no País ou no exterior.

QUESTÃO 15

Considerando a regularidade da instrução processual para fins de licenciamento de serviços de saúde, visando ao envio para posterior aprovação do órgão de controle ambiental o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde, assinale a alternativa que apresenta, além de outras informações necessárias, todos os projetos obrigatórios exigidos com expressa previsão na Lei Distrital nº 4.352/2009.

- (A) Projeto interno de separação e identificação dos resíduos; projeto de adequação dos armazenamentos externos; projeto de coleta e transporte dos resíduos; e, projeto de tratamento e destino final dos resíduos.
- (B) Projeto interno de separação e identificação dos resíduos; projeto de coleta e transporte dos resíduos; projeto de tratamento e destino final dos resíduos; e, projeto de risco de acidente.
- (C) Projeto de adequação dos armazenamentos externos; projeto de coleta e transporte dos resíduos; projeto de tratamento e destino final dos resíduos; projeto de risco de acidente; e, plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.
- (D) Projeto interno de separação e identificação dos resíduos; projeto de adequação dos armazenamentos externos; projeto de coleta e transporte dos resíduos; projeto de tratamento e destino final dos resíduos; e, projeto de risco de acidente.
- (E) Projeto interno de separação e identificação dos resíduos; projeto de adequação dos armazenamentos externos; projeto de tratamento e destino final dos resíduos; projeto de risco de acidente; e, plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

QUESTÃO 16

De acordo com o Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília, assinale a alternativa que indica os órgãos internos aos quais competem, respectivamente, as funções de elaborar termos de contratos e convênios e de acompanhar os contratos e convênios de fornecimento de hemocomponentes, em parceria com os executores dos contratos e convênios.

- (A) Assessoria Jurídica e Assessoria Jurídica.
- (B) Pregoeiro e Gerência de Processamento e Distribuição de Hemocomponentes.
- (C) Núcleo de Pesquisa de Preços e Assessoria da Garantia da Qualidade.
- (D) Assessoria Jurídica e Gerência de Processamento e Distribuição de Hemocomponentes.
- (E) Coordenação de Administração Geral e Assessoria Jurídica.

QUESTÃO 17

Acerca da Resolução da Diretoria Colegiada nº 63/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, assinale a alternativa que apresenta as seções constantes do capítulo, que indicam as boas práticas a serem adotadas para o funcionamento dos serviços de saúde.

- (A) Foco no cliente, liderança, envolvimento das pessoas, abordagem por processos, melhoria contínua, abordagem por sistemas de gestão, abordagem factual para tomada de decisões, relação de parceria com fornecedores e segurança do paciente.
- (B) Foco no cliente, segurança do paciente, abordagem por processos, prontuário do paciente, abordagem por sistemas de gestão, proteção à saúde do trabalhador, controle integrado de vetores e pragas urbanas, relação de parceria com fornecedores e gestão de tecnologia.
- (C) Gerenciamento da qualidade, segurança do paciente, condições organizacionais, prontuário do paciente, gestão de pessoal, gestão de infraestrutura, proteção à saúde do trabalhador, gestão de tecnologia e processos e controle integrado de vetores e pragas urbanas.
- (D) Segurança do paciente, abordagem por processos, prontuário do paciente, abordagem por sistemas de gestão, proteção à saúde do trabalhador, controle integrado de vetores e pragas urbanas, relação de parceria com fornecedores, gestão de tecnologia e processos e controle integrado de vetores e pragas urbanas.
- (E) Gerenciamento da qualidade, segurança do paciente, condições organizacionais, prontuário do paciente, gestão de pessoal, gestão de infraestrutura, proteção à saúde do trabalhador, abordagem por sistemas de gestão e processos e controle integrado de vetores e pragas urbanas.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa correta quanto aos instrumentos normativos que devem ser revogados para, respectivamente, retirar da Fundação Hemocentro de Brasília a competência de promover a implantação de sistemas de gestão da qualidade nos serviços públicos de hemoterapia do Distrito Federal, mantendo-se tão somente o fomento a essa atividade, e implementar o Laboratório de Imunologia de Transplante para a realização dos exames.

- (A) Estatuto e lei de autorização.
- (B) Estatuto e Regimento Interno.
- (C) Regimento Interno e lei de criação.
- (D) Lei de criação e Estatuto.
- (E) Lei de autorização e Estatuto.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO Questões de 19 a 22

QUESTÃO 19

A principiologia ocupa posição importante para o estudo do direito administrativo, uma vez que informa vetores de interpretação para todo o ordenamento objeto de estudo. A esse respeito, assinale a alternativa que corresponde à caracterização do princípio da juridicidade.

- (A) É princípio que informa a relação entre os atos de expressão estatal e a vontade popular.

- (B) Como princípio evolutivo, amplia o espectro de abrangência das fontes legislativas, servindo de arrimo interpretativo de toda a ordem jurídica.
- (C) Equivale ao clássico princípio da legalidade administrativa.
- (D) Fixa o entendimento de que, segundo o comando fixado na lei, devem os agentes públicos observar os dois sentidos para a responsabilidade, sendo, de um lado, o dever geral de agir e, de outro, a obrigação específica de não deixar de agir.
- (E) É princípio da administração pública explícito decorrente da Constituição Federal.

QUESTÃO 20

Considere hipoteticamente que determinada empresa, contratada da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), sofreu condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; todavia, no âmbito do contrato administrativo em curso com a FHB, não há repercussão direta desses tributos não recolhidos.

No que se refere a esse caso, assinale a alternativa que apresenta a devida resposta a tal consulta, relativamente ao contrato em curso na FHB, com base na Lei nº 8.666/1993, e atualizações posteriores.

- (A) A empresa deve ser objeto de um procedimento próprio para rescisão do contrato administrativo.
- (B) Como não há repercussão direta no contrato administrativo em curso, não há base legal para aplicação de sanções administrativas para a empresa.
- (C) Imediatamente deve-se abrir um procedimento para aplicação das sanções administrativas previstas na referida lei, a saber, advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- (D) As sanções administrativas passíveis de aplicação à empresa são tão-somente a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos, e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- (E) A Administração deve comunicar ao Ministério Público, remetendo os subsídios documentais necessários e, internamente, abrir um processo de ressarcimento dos danos causados, vez que, da execução do contrato administrativo não decorreram repercussões diretas.

Área livre

QUESTÃO 21

A respeito da relação jurídica entre a administração pública e os respectivos agentes regidos pelo direito público, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorre da existência de um contrato público, no qual o direito fixa cumulativamente comandos que são de origem da própria administração pública e, também, do legislador.
- (B) É fruto do regime jurídico-administrativo, prevalecendo a vontade unilateral do Estado.
- (C) Pode ser caracterizada como um contrato bilateral, com cláusulas alteráveis pelo consenso, mas também por possibilidade de alteração pelo legislador, unilateralmente.
- (D) Observa os comandos expressos em atos administrativos, regidos pelo direito público.
- (E) Reflete apenas a vontade da lei.

QUESTÃO 22

Quanto à função da administração pública que, concreta e diretamente, preventiva ou repressivamente, aplica limitações ao exercício dos direitos fundamentais, ainda que, excepcionalmente, mediante constrangimento pessoal, visando à compatibilização com os interesses públicos e com uma boa convivência social, assinale a alternativa correta.

- (A) Polícia judiciária.
- (B) Fomento.
- (C) Polícia administrativa.
- (D) Poder disciplinar.
- (E) Poder regulamentar.

ATUALIDADES Questões de 23 a 25

QUESTÃO 23

Não há dúvida quanto à importância da produção energética no mundo atual, para gerar desenvolvimento econômico ou para os debates e as ações em relação à proteção ambiental. As tecnologias aceleram as transformações nesse setor e, ao mesmo tempo, degradam e comprometem a vida no planeta. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A produção de xisto tem provocado uma revolução na produção de energia nos Estados Unidos e no mundo; contudo, não chega a ameaçar a hegemonia do petróleo, que mantém, ainda hoje, produção e preços crescentes.
- (B) O Brasil é, na atualidade, o maior produtor de etanol do mundo, sendo a soja e a mamona as matérias-primas mais utilizadas para esse produto no País, além de serem menos poluentes que os derivados do petróleo.
- (C) A região do pré-sal continua a ser a principal área produtora de petróleo do Brasil. A produção possui custos menores que nas regiões marítimas tradicionais, além de o País possuir tecnologia de ponta para o setor.
- (D) A principal vantagem da instalação de uma usina hidrelétrica, em qualquer parte do mundo, é que não há impactos socioambientais, fator relevante para a escolha de uma política energética nacional.

- (E) A produção de carvão vegetal ainda é um sério problema socioambiental para o Brasil, pois, além de provocar grande devastação da vegetação, há uma grave violação dos direitos humanos, quando observada a presença de trabalho análogo ao escravo em algumas áreas exploradas.

QUESTÃO 24

Em junho de 2016, o Reino Unido realizou um plebiscito perguntando se a população queria continuar ou sair da União Europeia. A votação foi apertada e apontou que cerca de 52% dos britânicos apoiam a saída do bloco comum. A decisão gerou grande repercussão. Após a inesperada vitória do sim, o primeiro ministro britânico David Cameron anunciou que renunciaria por não concordar com o resultado, o que de fato viria a acontecer. As consequências do chamado Brexit são graves para o bloco e para o mundo.

Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/brexit-reino-unido-decide-deixar-a-união-europeia.htm>>.
Acesso em: 27 dez. 2016, com adaptações.

No que se refere a esse tema e a assuntos correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os políticos britânicos que apoiam a saída consideram que o Reino Unido deve criar restrições a imigrantes e exercer uma política econômica vinculada à União Europeia.
- (B) A grave recessão econômica e o aumento do número de refugiados reacenderam o sentimento anti-imigração, e a xenofobia e o medo de que os estrangeiros passem a competir no mercado de trabalho com os cidadãos britânicos foram fatores decisivos para a vitória do Brexit.
- (C) O fato de os britânicos optarem por sair da União Europeia não afeta os outros membros do bloco, pois essa é uma decisão isolada, com repercussão apenas no arquipélago.
- (D) A maior preocupação dos britânicos está na possibilidade de não terem mais o euro como moeda oficial, pois é um câmbio reconhecidamente forte e imponente no mundo.
- (E) As condições políticas e econômicas que levaram o Reino Unido e a Grécia a se isolarem do contexto regional são semelhantes, pois ambos são potências econômicas e desejam a saída do bloco mais estruturado e evoluído no mundo, a União Europeia.

Area livre

QUESTÃO 25

Unicef distribui kits em Recife para estimular crianças afetadas pelo Zika

(30/11/2016) Em Recife, o projeto Redes de Inclusão — do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e parceiros — distribuiu, na terça-feira (29), kits para estimular o desenvolvimento de crianças com a síndrome congênita do Zika. A ação é uma das diversas iniciativas promovidas pela agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para levar atenção humanizada a gestantes, famílias e cuidadores de crianças que foram afetadas neurologicamente pelo vírus.

Desde o início de 2016, recém-nascidos e seus familiares já frequentam consultas semanais no serviço público de saúde da capital pernambucana e de Campina Grande, cidade da Paraíba que também participa do Redes de Inclusão. Nos centros de atendimento, são recebidos por profissionais especializados da Atenção Básica, dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O objetivo dos kits é complementar os encontros com médicos e ampliar os cuidados com as crianças no ambiente domiciliar. Cada kit é composto por dez itens, concebidos para favorecer a estimulação cognitiva, visual, motora e auditiva dos bebês. Os brinquedos e objetos vêm acompanhados de um informativo com instruções para a respectiva utilização.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef-distribui-kits-em-recife-para-estimular-criancas-afetadas-pelo-zika/>>. Acesso em: 21 dez. 2016, com adaptações.

A respeito da relação do Zika vírus e da microcefalia, assinale a alternativa correta.

- (A) Gestantes ou mulheres que desejam engravidar devem tomar precauções adicionais para evitar as picadas – pelos efeitos que o vírus Zika pode causar no bebê – e contar com a ajuda de familiares, amigos e vizinhos para destruir os lugares de reprodução dos mosquitos.
- (B) Microcefalia é uma malformação congênita, causada apenas pelo vírus da Zika, em que o cérebro de bebês, ainda no período de gestação, não se desenvolve de maneira adequada; por isso, é importante que gestantes façam um pré-natal qualificado e todos os exames previstos nessa fase, além de relatarem aos profissionais de saúde qualquer alteração que perceberem durante a gestação.
- (C) Uma prevalência para a distribuição dos kits em regiões do nordeste do País é observada, no entanto, sabe-se que os estados com maiores registros da doença foram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o que leva a entender que as ações da UNICEF deveriam, estrategicamente, iniciar na região sul do País.
- (D) Os kits distribuídos a todas as famílias pernambucanas com crianças até 3 anos de idade é uma forma eficaz de assegurar que essas sejam imunes à microcefalia, uma vez que, utilizando os brinquedos e objetos conforme as instruções, os bebês estarão mais fortes contra a picada de insetos.
- (E) As crianças com microcefalia precisam de estimulação precoce para redução do comprometimento no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente da malformação. O período mais importante para essa estimulação é na puberdade, fase de maior resposta aos estímulos, segundo Piaget. Por isso, o objetivo dos kits é complementar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

QUESTÃO 26

Acerca dos direitos da personalidade e considerando o entendimento dominante da doutrina e dos entendimentos jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo entendimento sumulado do STJ, são insuscetíveis de cumulação as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.
- (B) De acordo com o entendimento dominante da doutrina, o exercício dos direitos da personalidade não pode sofrer limitação voluntária, mesmo que esta não seja permanente nem geral.
- (C) Conforme entendimento majoritário da doutrina e do STJ, a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento, podendo, inclusive, ser assegurado via tutela inibitória.
- (D) Em consonância com o entendimento majoritário da doutrina, a proteção que o Código Civil (CC) defere ao nascituro não alcança o natimorto no que concerne aos direitos da personalidade, a exemplo do nome, da imagem e da sepultura.
- (E) Segundo o STF, exige-se o consentimento do biografado no tocante a obras biográficas literárias ou audiovisuais. De igual modo, é desnecessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes, o que não exclui eventual direito a reparação por danos sofridos em decorrência da publicação.

QUESTÃO 27

Em relação aos direitos da personalidade, aos atos ilícitos e aos contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito do direito privado brasileiro, sempre que ocorrer ofensa injusta à dignidade da pessoa humana, restará configurado o dano moral, devendo, contudo, o ofendido comprovar a dor e o sofrimento experimentados.
- (B) A pessoa incapaz, ainda que em estado vegetativo e sem qualquer possibilidade de expressar a respectiva autonomia volitiva, pode experimentar dano moral, na medida em que mudanças no estado anímico do lesado decorrentes da conduta lesiva não se revelam como o dano extrapatrimonial em si, mas sim como eventuais resultados deste.
- (C) O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, mesmo que haja cláusula expressa de exclusão.
- (D) A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- (E) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

QUESTÃO 28

A respeito do princípio da boa-fé e do abuso de direito, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Civil (CC) determina que os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Com base nesse último princípio – boa-fé –, a doutrina dominante tem entendido que a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, o qual depende de comprovação de culpa do inadimplente.
- (B) O princípio da boa-fé objetiva assegura que o credor deve evitar o agravamento do próprio prejuízo, conhecido como princípio *duty to mitigate the loss*.
- (C) Os princípios da probidade e da boa-fé contratuais não são de ordem pública, restringindo-se à relação privada entre as partes contratantes, embora seja obrigação do ofendido demonstrar a existência da violação.
- (D) O contratante lesado pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos. Por isso mesmo, tanto a doutrina como a jurisprudência têm rechaçado a teoria do adimplemento substancial, por compreendê-la como incompatível com a função social do contrato e com o próprio princípio da boa-fé objetiva.
- (E) A boa-fé constitui cláusula geral, que deve ser interpretada à luz do sistema do CC, sem que se possam fazer conexões sistemáticas com outros estatutos normativos, na medida em que parte majoritária da doutrina e o entendimento iterativo do Superior Tribunal de Justiça não aceitam a aplicação da teoria do diálogo das fontes.

QUESTÃO 29

Com relação aos contratos, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos de consórcio, as administradoras têm liberdade para estabelecer a respectiva taxa de administração, salvo se fixada em percentual superior a 10%.
- (B) A penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação é inválida.
- (C) No caso de herança de pessoa viva, é lícito às partes tornar o referido acervo hereditário objeto de contrato, à luz da autonomia de vontade consagrada nas relações entre sujeitos privados.
- (D) Para o Superior Tribunal de Justiça, é inválida cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem.
- (E) Em relação jurídica de natureza contratual, pode-se resolvê-la em face de inadimplemento antecipado.

QUESTÃO 30

Considerando a prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) Como regra geral, o termo inicial da prescrição deve observar a teoria da *actio nata*, na respectiva vertente subjetiva, isto é, o prazo prescricional deve ter início a partir do conhecimento da violação ou da lesão ao direito subjetivo, e não a partir da ocorrência do dano propriamente dito.
- (B) Conforme expressamente previsto no Código Civil (CC), como uma das respectivas notas distintivas em relação ao casamento, corre a prescrição entre os companheiros na constância da união estável.
- (C) À luz da autonomia da vontade, os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
- (D) A sucessão *causa mortis* ou *inter vivos* implica a modificação quanto à prescrição, de sorte que a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o respectivo sucessor.
- (E) Corre a prescrição tanto quando haja condição suspensiva como quando não tenha o prazo da obrigação vencido, visto que o CC não adotou a máxima *actio non nata non praescribitur*.

QUESTÃO 31

Quanto aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) São nulos de pleno direito os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) O falso motivo vicia a declaração de vontade, ainda que não esteja expresso como razão determinante do negócio jurídico.
- (C) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Por isso, ao analisar o vício de vontade em tela, o julgador não precisará levar em consideração o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias que possam influir na gravidade dela, na medida em que a coação afigura-se presumida.
- (D) Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (E) Os negócios jurídicos devem ser interpretados não só conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, mas também de acordo com as práticas habitualmente adotadas entre as partes.

QUESTÃO 32

Considere hipoteticamente que determinado presidente de Tribunal de Justiça tenha negado seguimento a recurso especial, ao fundamento de que a decisão recorrida encontrava-se lastreada em entendimento jurisprudencial fixado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão é irrecurível.
- (B) Trata-se de decisão recorrível via agravo interno/regimental para o próprio tribunal.
- (C) Trata-se de decisão recorrível via agravo em recurso especial.
- (D) Trata-se de decisão recorrível via recurso extraordinário.
- (E) Trata-se de decisão recorrível via agravo de instrumento.

QUESTÃO 33

A respeito do recurso especial, assinale a alternativa correta.

- (A) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.
- (B) O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, não poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema, sob pena de supressão de instância.
- (C) Para fins do art. 105, parágrafo III, inciso a, da Constituição Federal, isto é, permissivo constitucional referente à contrariedade a tratado ou lei federal, ou negativa de vigência, é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.
- (D) A divergência entre julgados do mesmo tribunal enseja recurso especial.
- (E) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

QUESTÃO 34

Em relação a jurisdição e ação, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação meramente declaratória é admissível, salvo na ocorrência de violação do direito.
- (B) Para postular em juízo, é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido, sob pena de não apreciação do mérito da causa pelo órgão jurisdicional.
- (C) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade não está sujeito a decisão judicial, ainda que nos próprios autos.
- (D) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica, assim como da autenticidade ou da falsidade de documento.
- (E) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, mesmo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

QUESTÃO 35

No que se refere ao processo cautelar e às medidas cautelares, assinale a alternativa correta.

- (A) Em razão da natureza emergencial, será cabível medida liminar contra atos do poder público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.
- (B) Será cabível medida liminar contra o poder público que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.
- (C) Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, contra o Poder Público, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal, ainda que se trate de ação popular e de ação civil pública.

- (D) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito. Nesse caso, a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.
- (E) Não é cabível decretação de quebra de sigilo bancário no âmbito de processo de improbidade administrativa, porquanto tal medida extrema só se afigura idônea se decretada em âmbito de processo criminal, sob prévio ou posterior contraditório.

QUESTÃO 36

No que tange ao procedimento especial de ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) É inadmissível a responsabilidade objetiva na aplicação da Lei de Improbidade Administrativa (LIA), exigindo-se a presença de dolo nos casos dos arts. 9º e 11 (que coíbem o enriquecimento ilícito e o atentado aos princípios administrativos, respectivamente) e ao menos de culpa nos termos do art. 10, que censura os atos de improbidade por dano ao erário.
- (B) A ausência da notificação do réu para a defesa prévia, prevista na LIA, implica nulidade absoluta, dispensando-se a comprovação do prejuízo eventualmente experimentado pela parte.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) A medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista na LIA requer a comprovação da verossimilhança das alegações e a cabal demonstração do perigo da demora.
- (E) Não se pode confundir a típica ação de improbidade administrativa com a ação de responsabilidade civil para anular atos administrativos e obter o ressarcimento do dano correspondente. Esta tem caráter repressivo, já que se destina, fundamentalmente, a aplicar sanções político-civis de natureza pessoal aos responsáveis por atos de improbidade administrativa. Aquela tem por objeto consequências de natureza civil comum, suscetíveis de obtenção por outros meios processuais.

Área livre

QUESTÃO 37

No que concerne ao regime jurídico do litisconsórcio, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será inexistente, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- (B) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- (C) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- (D) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio facultativo, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- (E) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença. Trata-se da figura do litisconsórcio multitudinário. Segundo o NCPC, o requerimento de limitação interrompe o prazo para manifestação ou resposta, que recomeçará da intimação da decisão que o solucionar.

QUESTÃO 38

O direito administrativo, no Brasil, ainda não se encontra no estágio da codificação. Todavia, isso não impede que seja pautado por um sistema de normas, com princípios e regras, além de ser influenciado por diversas outras fontes. A respeito das fontes do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Como matriz da principiologia do direito, é correto afirmar que resultam duas operações lógicas, sendo, primeiramente, a análise normativa, a fim de descobrir os princípios aplicáveis, e, na sequência, a própria síntese normativa, passando-se a ter, assim, um corpo de teoria.
- (B) No Brasil, sem prejuízo da influência que a jurisprudência exerce sobre o direito administrativo para a construção da fundamentação teórica, diferentemente de alguns países, ainda não se apresentam condições para cogitar da cogência de tal fonte para a prática jurídica.
- (C) Os costumes, desde que *secundum legem*, têm reconhecimento autônomo como fonte no direito administrativo brasileiro, não sendo aceitos os que se manifestam *contra legem*.
- (D) O direito administrativo vem sofrendo o processo de constitucionalização, principalmente em face da internalização progressiva de normas administrativas.
- (E) A praxe administrativa, quanto aos respectivos requisitos, equivale ao costume.

QUESTÃO 39

Quanto aos serviços públicos, considere as definições a seguir.

- I- Chegando normalmente ao fim o prazo do contrato de concessão, integram-se ao patrimônio público os bens vinculados ao serviço público.
- II- Desfazimento contratual discricionário por denúncia da Administração, cujos requisitos, na legislação brasileira, preveem a prévia autorização legislativa específica e o pagamento de indenização ao concessionário.
- III- Extinção contratual por ato vinculado da Administração, com necessária motivação e comprovação de falta grave por parte do concessionário, prevista legal ou contratualmente.
- IV- Forma de desfazimento contratual que se origina da vontade do concessionário, mas materializa-se e produz efeitos jurídicos mediante edição de ato unilateral da administração pública.

Assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, aos nomes das definições apresentadas.

- (A) Encampação (I); Renúncia (II); Caducidade (III); e, Reversão (IV).
- (B) Reversão (I); Renúncia (II); Caducidade (III); e, Encampação (IV).
- (C) Renúncia (I); Reversão (II); Encampação (III); e, Caducidade (IV).
- (D) Reversão (I); Encampação (II); Caducidade (III); e, Renúncia (IV).
- (E) Encampação (I); Caducidade (II); Reversão (III); e, Renúncia (IV).

QUESTÃO 40

A respeito da matéria de contratos da administração pública em geral, por disposição constitucional, a União legisla exaurientemente no âmbito federal e em termos gerais para os estados, o Distrito Federal e os municípios. Em relação a esses contratos, com previsão na legislação aplicável a todos os entes, assinale a alternativa correta.

- (A) Relativamente às alienações, devem observar-se, para o caso de permuta de imóveis, as mesmas regras exigidas para a alienação de imóveis em geral, sendo obrigatória a modalidade concorrência na licitação.
- (B) Em relação às compras, devem submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.
- (C) Aos contratos de locação nos quais a administração pública figurar como locadora ou locatária aplicam-se, no que couber, as normas gerais previstas na referida lei.
- (D) Quanto aos serviços, podem ser executados, na forma de execução indireta, nos regimes de empreitada por preço global, de empreitada por preço unitário e de tarefa, não se aplicando o regime de empreitada integral para eles.
- (E) Os serviços de publicidade não são referidos na Lei nº 8.666/1993, senão em outra lei geral específica.

QUESTÃO 41

Considerando a concepção quintupla dos elementos constitutivos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência pode variar tanto em grau quanto em natureza, sendo decorrente daquele, enquanto especialização funcional, e desta, em face da hierarquia administrativa.
- (B) Diferentemente do que ocorre na expressão da vontade privada, não é admitida outra finalidade aos atos do poder público senão o atendimento a uma finalidade pública, a qual necessariamente estará contida na ordem jurídica.
- (C) A forma, uma vez que passível de eventual convalidação, apresenta-se como de conteúdo discricionário, salvo nos casos em que a norma estipulá-la como formalidade essencial.
- (D) O motivo, enquanto elemento constitutivo dos atos administrativos, deverá ser necessariamente a exposição fática que justifique a prática do ato administrativo.
- (E) O objeto do ato administrativo tem sempre um conteúdo jurídico discricionário e determinável, podendo, explícita ou implicitamente, ficar à escolha do agente público.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – e com os respectivos requisitos impostos na área da saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a despesa total exceder, ao final de cada quadrimestre, os limites fixados na lei, de 50% para a União e de 60% para os estados, o Distrito Federal e os municípios, passa a ficar vedado o provimento de cargo público, a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada, a partir da caracterização de tal excesso, a reposição decorrente de aposentadoria ou de falecimento de servidores na referida área de saúde.
- (B) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, não se aplicando tal vedação a benefício ou serviço de saúde, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.
- (C) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, de auxílio ou de assistência financeira, inclusive os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (D) Para os fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes na LRF, excetuam-se aquelas relativas a ações de saúde.
- (E) É dispensado o cumprimento dos limites constitucionais relativos à saúde para os beneficiários de transferências voluntárias.

QUESTÃO 43

Uma das classificações possíveis da administração pública é a atuação enquanto extroversa e introversa. Acerca da classificação extroversa da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A gestão de pessoal e de bens da administração pública fez destacar-se um ramo autônomo: o direito financeiro, que tem como objetos de estudo a receita e a despesa públicas, o crédito público, o orçamento público e a dívida pública.
- (B) Com base na configuração do Estado moderno, os serviços públicos são aqueles que se restringem a atender às necessidades públicas, sendo exercidos diretamente pelo Estado, ou indiretamente, mediante o concurso de agentes privados, desde que a lei os considere de interesse público e os submeta a um regime especial, também público.
- (C) O fomento público, em um estágio de evolução do fenômeno estatal da contemporaneidade, pode ser definido como o exercício das atividades da administração pública de planejamento indicativo e de incentivo público dirigidos às iniciativas sociais para o progresso da humanidade.
- (D) A função do ordenamento econômico mudou sensivelmente o respectivo vetor no final do século 20, se comparado ao final do século 19, passando o Estado de um agente econômico direcionado à prevenção de deformações do mercado a um estágio em que, para si, assume a função interventiva de corrigir as distorções e deformações à ordem econômica.
- (E) Basicamente, caracteriza-se pelos interesses instrumentais, ou derivados, tendo como expressão os serviços burocráticos.

QUESTÃO 44

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462/2011, é aplicável às licitações e aos contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde. Considerando as disposições legais a respeito desse regime, assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorre a contratação integrada quando se contrata um empreendimento na respectiva integralidade, compreendendo a totalidade das etapas de obras, de serviços e de instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a respectiva entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para a respectiva utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada.
- (B) É regra do procedimento de licitação do RDC a inversão de fases, com a fase de julgamento anterior à habilitação dos licitantes.
- (C) As hipóteses de aditivo na contratação integrada e as de dispensa e de inexigibilidade de licitação são mais restritas no RDC, comparativamente à Lei nº 8.666/1993.
- (D) Os contratos administrativos celebrados com base no RDC serão regidos pelas normas dispostas na Lei nº 8.666/1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei nº 12.462/2011.
- (E) Nas licitações de obras e de serviços de engenharia, poderá ser utilizada a contratação integrada para objeto que envolva, cumulativamente, inovação tecnológica ou técnica, possibilidade de execução com diferentes metodologias e, ainda, possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

QUESTÃO 45

Considere hipoteticamente a realização de uma obra com recursos provenientes de financiamento de organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte.

Acerca do regime licitatório e de contratação pública a ser observado na obra a ser realizada em solo nacional brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Não são admitidas outras regras que não sejam as observadas na legislação brasileira de licitação e de contratação pública no território nacional.
- (B) São necessariamente aplicadas, na respectiva, licitação as condições decorrentes de acordos, de protocolos, de convenções ou de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, uma vez que, após internalizados, modificam a legislação interna quanto à matéria, bem como podem, ainda, ser admitidas as normas e os procedimentos do organismo financeiro multilateral financiador.
- (C) São admitidas as normas e os procedimentos decorrentes de acordos, de protocolos, de convenções ou de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, uma vez que, após a respectiva internalização no direito brasileiro, modificam a legislação interna quanto à matéria, mas não são admitidas as normas e os procedimentos invocados pelo organismo multilateral financiador, devendo, nesse último caso, haver plena observância à legislação interna de licitação e de contratação pública brasileira.
- (D) Poderão ser admitidas as normas e os procedimentos do organismo financeiro multilateral financiador, salvo quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual, necessariamente, deverá observar o disposto na legislação de licitação e de contratação pública nacional brasileira, especialmente acerca do princípio do julgamento objetivo.
- (E) Desde que exigida pelo organismo financeiro multilateral financiador para a concessão do financiamento, é admitida a aplicação das respectivas normas e dos procedimentos quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, sendo lícito, ainda, contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e, ainda, sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato e ratificados pela autoridade imediatamente superior.

QUESTÃO 46

Os direitos fundamentais têm posição destacada no texto constitucional; todavia, a respectiva aplicação também demanda suficiente interpretação por parte dos respectivos operadores, o que, por vezes, pode levar à não plenitude desses direitos. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988, diferentemente das anteriores, não pratica a restrição direta de direitos fundamentais pelo próprio texto constitucional, senão, indiretamente, em previsão na qual o constituinte remete à legislação infraconstitucional a regulamentação da matéria.

- (B) A restrição a direitos fundamentais pode decorrer de reserva legal simples ou qualificada, sendo, naquele caso, objeto de regulamentação pelo legislador em forma de lei ordinária, e, neste, determinando processo específico para a votação, como mediante lei complementar ou por outro quórum eleito pelo constituinte.
- (C) Mesmo inexistindo previsão de reserva legal expressa como restrição a determinado direito fundamental, é possível a intervenção do legislador infraconstitucional a fim de delimitar o alcance daquele, por exemplo, com fundamento em direitos de terceiros, no próprio ambiente de outro direito fundamental, ou, ainda, na inexistência de direitos absolutos no sistema constitucional pátrio.
- (D) Os direitos fundamentais não sofrem concorrência entre si, não se cogitando, pois, de uma classificação que imputasse a alguns a categoria de geral e, a outros, de especial.
- (E) Não se pode cogitar de qualquer eventual hierarquia entre os direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 47

O Governo do Distrito Federal (GDF) foi precursor na regulamentação da Lei nº 12.846/2013, que, aplicável a todos os entes da Federação, ficou conhecida como lei anticorrupção. Dessa maneira, o governador do Distrito Federal editou o Decreto Distrital nº 37.296/2016, publicado no Diário Oficial do DF de 18 de maio de 2016. Considerando essas informações, acerca das normas próprias quanto à integridade previstas no referido decreto, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa de integridade consiste, para as pessoas físicas ou no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e de procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, de políticas e de diretrizes, com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.
- (B) O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos passados e atuais das atividades de cada um dos respectivos destinatários, os quais, por sua vez, devem garantir o constante aprimoramento e a adaptação do referido programa, visando a garantir a respectiva efetividade.
- (C) Entre os parâmetros de avaliação do programa de integridade, constam os padrões de conduta, o código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados.
- (D) Como anexo ao referido decreto, foram publicados o código de conduta da alta administração pública direta e indireta do Distrito Federal e o código de ética dos servidores e empregados públicos civis do Poder Executivo do Distrito Federal.
- (E) O programa de integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846/2013 não será considerado para quaisquer fins.

QUESTÃO 48

O controle de constitucionalidade é destacado tema de estudo no direito constitucional, vez que a dessintonia da ordem jurídica com o Texto Maior produz muitos reflexos danosos para todo o ordenamento. Quanto a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A mudança na interpretação constitucional pode caracterizar o efeito da inconstitucionalidade superveniente, uma vez que, em o padrão de significado constitucional ou do ato legislativo submetido a controle sendo alterados pelo intérprete, determinada norma que, na interpretação anterior, era considerada constitucional, doravante, com a mudança interpretativa, poderá ser tida por inconstitucional.
- (B) O controle abstrato da omissão constitucional foi importante inovação trazida pela Constituição Federal de 1988 que, a despeito de legitimados ativos não coincidentes com o controle abstrato de normas, elevou a discussão da omissão legislativa ou administrativa de um patamar subjetivo, entre as partes processuais, para um patamar objetivo, ou seja, sem vinculação às partes processuais, senão como produto do sistema para toda a coletividade.
- (C) A despeito da ênfase do texto constitucional federal de 1988 ao controle difuso de constitucionalidade, observa-se grande evolução do controle concentrado em face das características conferidas a essa forma de controle.
- (D) O controle difuso tem, na Constituição vigente, o respectivo modelo de constitucionalidade, diferentemente do controle abstrato, que atribui como parâmetro de controle a Constituição vigente à época da edição da lei questionada.
- (E) Uma eventual colisão de norma pré-constitucional com o texto da Constituição vigente deve ser solvida mediante princípios de direito intertemporal, não se abrindo, pois, possibilidade de controle concentrado para a discussão da matéria.

QUESTÃO 49

Considerando a ordem econômica e financeira das Finanças Públicas e do Sistema Tributário Nacional, e com base na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Ressalvados os casos previstos na Constituição, as funções de fiscalização, de incentivo e de planejamento exercidas diretamente pelo Estado somente serão permitidas quando necessárias aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (B) À União pertence o produto da arrecadação do imposto federal sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, pelas respectivas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) Diferentemente da ordem econômica e financeira, que é tratada em título próprio da Constituição Federal, o Sistema Tributário Nacional e as Finanças Públicas compõem um mesmo título constitucional, denominado, então, como da tributação e do orçamento.

- (D) A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, aos respectivos fundos, aos órgãos e às entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, aos orçamentos de custeio e de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e ao orçamento da previdência social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.
- (E) Ao poder público incumbe, na forma da lei, indiretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos

QUESTÃO 50

As funções essenciais à justiça (FEJ) foram tratadas com destaque pela Constituição Federal de 1988, uma vez que o Poder Judiciário depende da atuação desses órgãos para exercer a respectiva competência constitucional. Acerca das disposições constitucionais das FEJ na Constituição Federal vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) A Advocacia Pública abarca, no texto constitucional, a Advocacia-Geral da União, no âmbito federal, e os procuradores dos estados e do Distrito Federal, no âmbito estadual e distrital, não havendo previsão relativamente aos procuradores dos municípios.
- (B) A inamovibilidade e a vitaliciedade são garantias constitucionais previstas do Ministério Público e da Defensoria Pública, não albergando a Advocacia Pública.
- (C) Na Constituição Federal, há vedação expressa aos membros do Ministério Público, da Advocacia Pública e da Defensoria Pública de exercício da advocacia fora das respectivas atribuições institucionais.
- (D) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público dos Estados, que engloba os Ministérios Públicos dos Estados e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- (E) O procurador-geral da República, chefe do Ministério Público da União, o advogado-geral da União, chefe da Advocacia-Geral da União e o defensor público-geral da União, chefe da Defensoria Pública da União, serão nomeados pelo presidente da República entre integrantes das respectivas carreiras, maiores de 35 anos, após a aprovação dos respectivos nomes pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Área livre

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de resposta** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de resposta** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O Estado cresceu desmedidamente e consolidou o reinado da burocracia onipotente, anônima e incontrolável. Em todos os países, em maior ou menor percentagem, a vida econômica passou a ser controlada, direta ou indiretamente, pelo poder público, que jamais, na história do mundo, atuou em setores tão diversos e com tanta intensidade.

A hipertrofia do Estado fez com que se reconhecesse a inadiável necessidade de remédios específicos de direito público que pudessem evitar ou corrigir, com rapidez e eficiência, os atos distorcíveis da administração, prevenindo ou desfazendo ilegalidades e impedindo abusos e os desvios de poder, sob qualquer forma.

Com o decorrer do tempo, reconheceu-se que as garantias individuais não podiam ser asseguradas por simples proclamações platônicas, devendo, ao contrário, ser amparadas por adequados remédios jurídicos. Verificou-se, outrossim, que as técnicas tradicionais do direito privado não tinham a necessária eficiência para restabelecer o equilíbrio nos conflitos entre o Estado e o indivíduo. Assim, o mandado de segurança e a ação popular surgiram como instrumentos de maior densidade, capazes, pela natureza especial do respectivo procedimento, de permitir que o Poder Judiciário arbitrasse, em tempo hábil e sem tardança, os litígios entre o particular e a administração.

WALD, Arnaldo. O mandado de segurança e o Estado de Direito. In: *Revista de informação legislativa*, v. 16, n. 63, 1979. p. 89-100, jul./set., com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo acerca do mandado de segurança individual. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) mandado de segurança individual: conceito e natureza jurídica;
- b) tutela de urgência liminar: requisitos;
- c) possibilidade, ou não, de deferimento de pedido liminar por órgão jurisdicional absolutamente competente, à luz do novo Código de Processo Civil: a figura da *translatio iudicii*.

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	

PROVA APLICADA